



PERFIL RESGATADO

Rotas migratórias e a morfologia
do trabalho escravo no Brasil

O estado do Maranhão



ABRIL - 2025

REPÓRTER BRASIL

Perfil Resgatado – Rotas migratórias
e a morfologia do trabalho escravo
– O estado do Maranhão

Texto: Rodrigo Teruel e Natália Suzuki

Edição: Natália Suzuki

Projeto gráfico e diagramação: Paula Santos

Apoio para diagramação: Freedom Fund

Repórter Brasil – Organização e Comunicação e Projetos Sociais

Gerência de Educação e Políticas Públicas

Leonardo Sakamoto (Presidente)

Natália Suzuki (Gerente de Educação e Políticas
Públicas)

Rodrigo Teruel (Assessor de projetos)

Tatiana Waldman (Analista de projetos)

Distribuição gratuita

As produções didáticas da Gerência de Educação e
Políticas Públicas da Repórter Brasil estão protegidas
pelos artigos 29 e 46 da lei n.º 9.610/1998, que dispõe
sobre os direitos autorais no país.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Repórter Brasil

Perfil Resgatado – Rotas migratórias
e a morfologia do trabalho escravo –
O estado do Maranhão / Natália Suzuki
(org.) – São Paulo, 2024.

44 p.: 21 x 29 il.

ISBN 978-65-87690-21-6

1. Trabalho escravo. 2. Maranhão.
3. Política pública.
I. Título.

CDD 371.12

Índice para o catálogo sistemático:

1. Trabalho escravo. 2. Maranhão.
3. Política pública. 371.12



PERFIL RESGATADO

Rotas migratórias e a morfologia
do trabalho escravo no Brasil

O estado do Maranhão

ABRIL - 2025



SUMÁRIO

1. Introdução	6
2. Metodologia	8
3. Fluxos migratórios dos maranhenses escravizados no Brasil	10
4. Perfil dos trabalhadores maranhenses resgatados do trabalho escravo no Brasil	16
5. Perfil das trabalhadoras maranhenses resgatadas do trabalho escravo no Brasil	22
6. Perfil dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo no Maranhão	28
7. Perfil das trabalhadoras resgatadas do trabalho escravo no Maranhão	36

01.

Introdução

A relação entre vulnerabilidade socioeconômica e suscetibilidade a situações de exploração laboral é direta. Por isso, não é de surpreender que o Maranhão tenha sido o principal emissor de trabalhadores escravizados para outros lugares do país. O estado possui o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, ocupando a 27ª posição. Até 2013, 25% do total de trabalhadores submetidos ao trabalho escravo¹ em todo o Brasil eram maranhenses. Nos últimos anos, vimos essa porcentagem reduzir para 20% (9.580 do total de 45.740), mas ainda assim há municípios que continuam sendo emissores de mão-de-obra a ser explorada em frentes de trabalho em diferentes atividades econômicas.

O Maranhão também sempre figurou entre os principais estados de ocorrência do trabalho escravo. Ao menos 3.724 pessoas foram resgatadas do trabalho escravo no território maranhense desde 2003, colocando-o na 5ª posição no ranking nacional. A maioria dessas ocorrências envolve trabalhadores rurais, como aqueles da pecuária, mas também há registros em áreas urbanas, principalmente na construção civil. No último decênio, houve uma queda de casos e de trabalhadores resgatados no estado, mas ainda assim o problema não está solucionado. Desde 2014, o estado esteve entre as 6 unidades da federação com maior número de escravizados.

1. O trabalho escravo contemporâneo é uma grave violação dos direitos humanos que acomete a dignidade e priva a liberdade do indivíduo. No Brasil, ele é definido como crime pelo artigo 149 do Código Penal, como: Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. § 1º Nas mesmas penas incorre quem: I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. § 2º A pena é aumentada de metade se o crime é cometido: I – contra a criança ou adolescente; II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.



Diante desse cenário já conhecido, o projeto *Perfil Resgatado – Rotas migratórias e a morfologia do trabalho escravo*, realizado pela **Repórter Brasil** em parceria com a Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, apresenta informações inéditas sobre o trabalho escravo no estado do Maranhão. Esse projeto tem como objetivo apresentar os principais fluxos migratórios dos trabalhadores escravizados e disponibilizar informações atualizadas sobre os perfis dessas vítimas.

Até então, não era possível precisar quantitativamente os estados para os quais os maranhenses migravam e onde acabavam explorados. Tampouco, havia informações de onde eram os trabalhadores escravizados no Maranhão. Por fim, também não era acessível o perfil dessas vítimas.

Esperamos que os dados apresentados pelo Perfil Resgatado se tornem subsídios para o aprimoramento da política pública de erradicação do trabalho escravo a partir de informações sobre aqueles que são mais aviltados por essa grave violação de direitos humanos, ou seja, a vítima.

Boa leitura!

Natália Suzuki
Gerente de Educação e Políticas Públicas

Rodrigo Teruel
Assessor de Educação e Políticas Públicas

02.

Metodologia

O projeto *Perfil Resgatado – Rotas migratórias e a morfologia do trabalho escravo* apresenta os fluxos migratórios e o perfil dos trabalhadores resgatados entre 1995 e 2023. Até então, as informações disponíveis sobre esses elementos eram limitadas. Sobre os fluxos, a única pesquisa foi apresentada em 2009 e era baseada em estimativas. No caso do *Perfil Resgatado*, além da atualização de toda a série histórica, o levantamento é baseado no universo de todas as vítimas do período e, por isso, os resultados não são decorrências de inferências.

Em relação ao perfil, as informações acessíveis eram referentes a um retrato geral de trabalhadores. Não era possível desagregá-lo por recortes geográficos e por atividades econômicas ou mesmo variar combinações entre distintas categorias componentes do perfil.

Dessa forma, o projeto *Perfil Resgatado* apresenta um cenário inédito do trabalho escravo no Brasil, pois o faz a partir da figura do trabalhador submetido a essa prática.

Para que isso fosse possível, a **Repórter Brasil** realizou tratamento e análise de dados de três bases do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que não estavam integradas:

1. Radar SIT – Painel virtual com dados sobre resgates de trabalho escravo no Brasil;
2. Guias de cadastro do Seguro-Desemprego Trabalhador Resgatado;
3. Relatórios das operações de fiscalização produzidos por auditores fiscais do trabalho.

O estudo abrange dois períodos distintos. O primeiro corresponde a toda série histórica de dados disponíveis. No caso dos fluxos migratórios e das atividades econômicas, considera-se o intervalo de 1995, quando o MTE iniciou as fiscalizações de trabalho escravo, até 2023.

Já para as informações sobre o perfil das vítimas, o recorte se inicia em 2003, ano em que começou a emissão do Seguro-Desemprego para trabalhadores resgatados, até 2023.

Para esta nota técnica, a mesma metodologia foi replicada, utilizando o estado do Maranhão como filtro do levantamento.

A partir disso, foi possível acessar todos os fluxos de trabalhadores que partem do Maranhão para outros estados do país e, no sentido inverso, de trabalhadores de outras localidades para trabalhar no Maranhão. Da mesma forma, tem-se o perfil desses trabalhadores, o que inclui o gênero, raça, idade, escolaridade e a atividade na qual foram escravizados.

A partir do tratamento de dados feito pela **Repórter Brasil**, foi possível identificar o perfil completo de 8.323 (87%) do total de 9.580 trabalhadores maranhenses resgatados em todo o Brasil desde 2003.

Em relação aos trabalhadores que foram escravizados no Maranhão, foi possível acessar o perfil de 2.079 de 2.293 resgatados ao todo no período (91%). Em relação aos fluxos migratórios de maranhenses, foi possível obter ainda informações a respeito de 397 trabalhadores escravizados entre 1995 e 2002 – 7% do total de 5.880 brasileiros escravizados no período.

Os demais trabalhadores não puderam ser analisados devido à indisponibilidade de informações ou à impossibilidade de identificação das vítimas nas bases consultadas.

Esta nota técnica também analisa as mesmas informações sobre os trabalhadores para o período entre 2014 e 2023, porque o decênio é um intervalo relevante para avaliação dos resultados de políticas públicas e para observação de tendências de fenômenos socioeconômicos.

“Resgatado” é uma das categorias utilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego para classificar trabalhadores submetidos ao trabalho escravo. Ela se refere àqueles que foram retirados de condições de trabalho escravo e preencheram a guia para receber o Seguro-Desemprego (SD) para o recebimento do benefício por três meses, concedido a partir de 2003. Nessa guia, são preenchidos os dados pessoais do trabalhador, como idade, sexo, escolaridade e raça, ou seja, informações sobre o seu perfil. Por isso, esse é o grupo de trabalhadores analisado no período entre 2003 e 2023. Há também os trabalhadores identificados em situação de exploração, mas que não puderam ser resgatados; e ainda os que foram libertados, mas não preencheram a guia do SD.

Antes de 2003 essas diferenciações de nomenclatura relacionadas ao trabalhador não existiam. Portanto, os trabalhadores analisados entre 1995 e 2002 são nomeados “escravizados”, o que compreende trabalhadores submetidos ao trabalho escravo resgatados e não resgatados.

03.

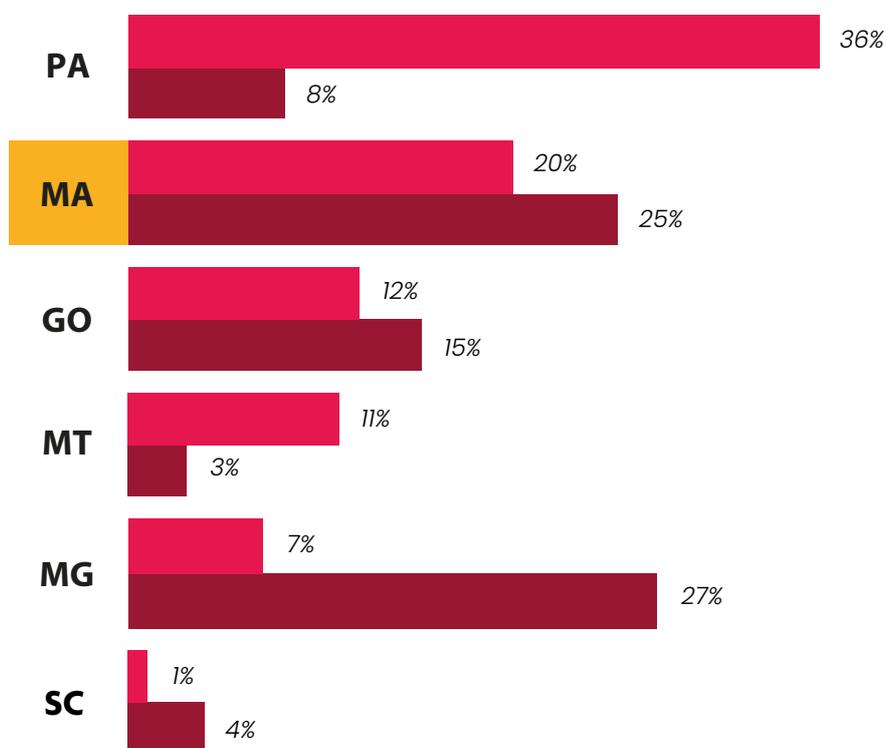
Fluxos migrat3rios dos maranhenses escravizados no Brasil

PRINCIPAIS DESTINOS DE TRABALHADORES MARANHENSES

LEGENDA

1995-2023

2014-2023

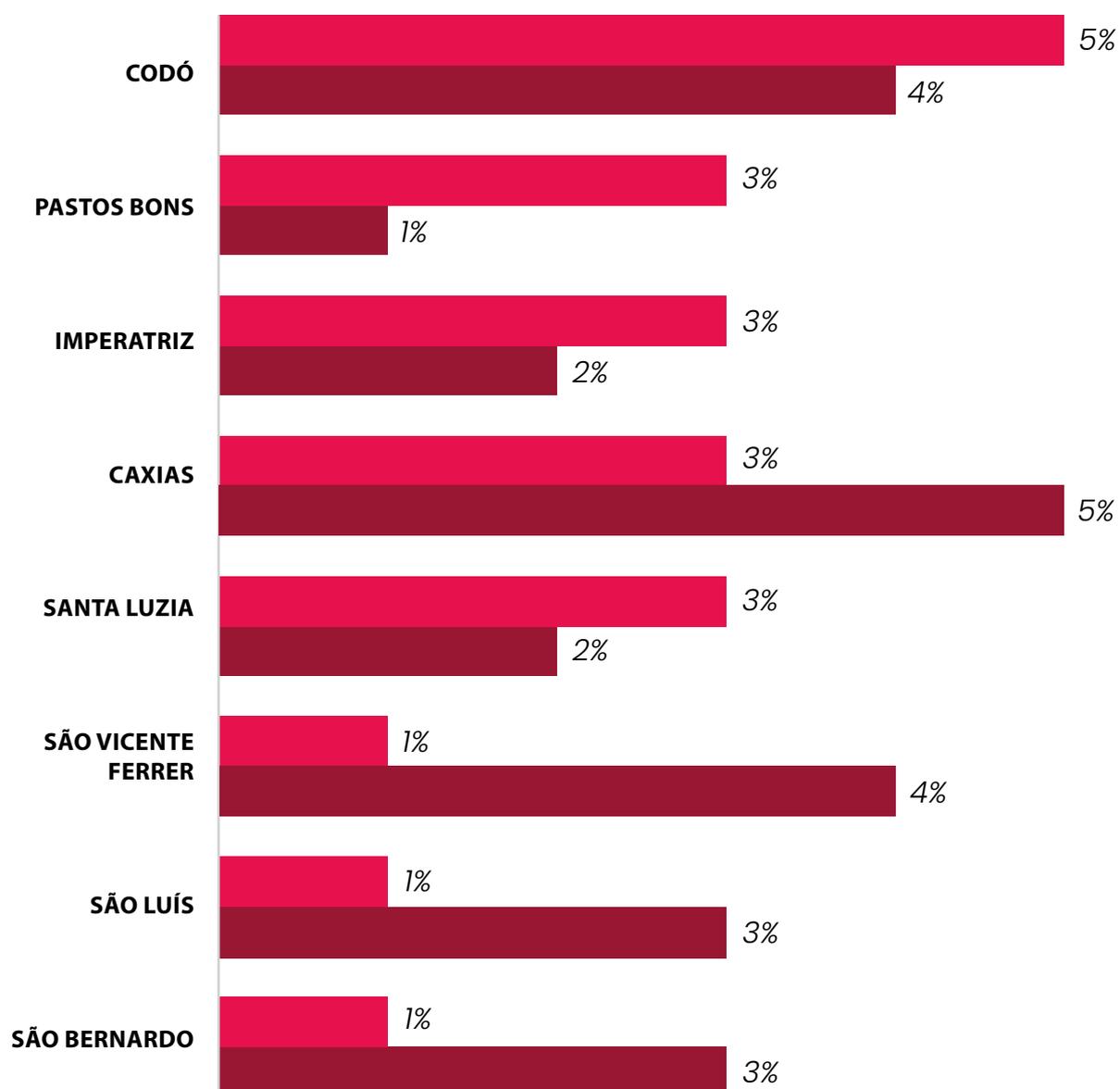


PRINCIPAIS MUNICÍPIOS MARANHENSES DE ORIGEM DE TRABALHADORES RESGATADOS EM TODO O BRASIL

LEGENDA

2003 - 2023

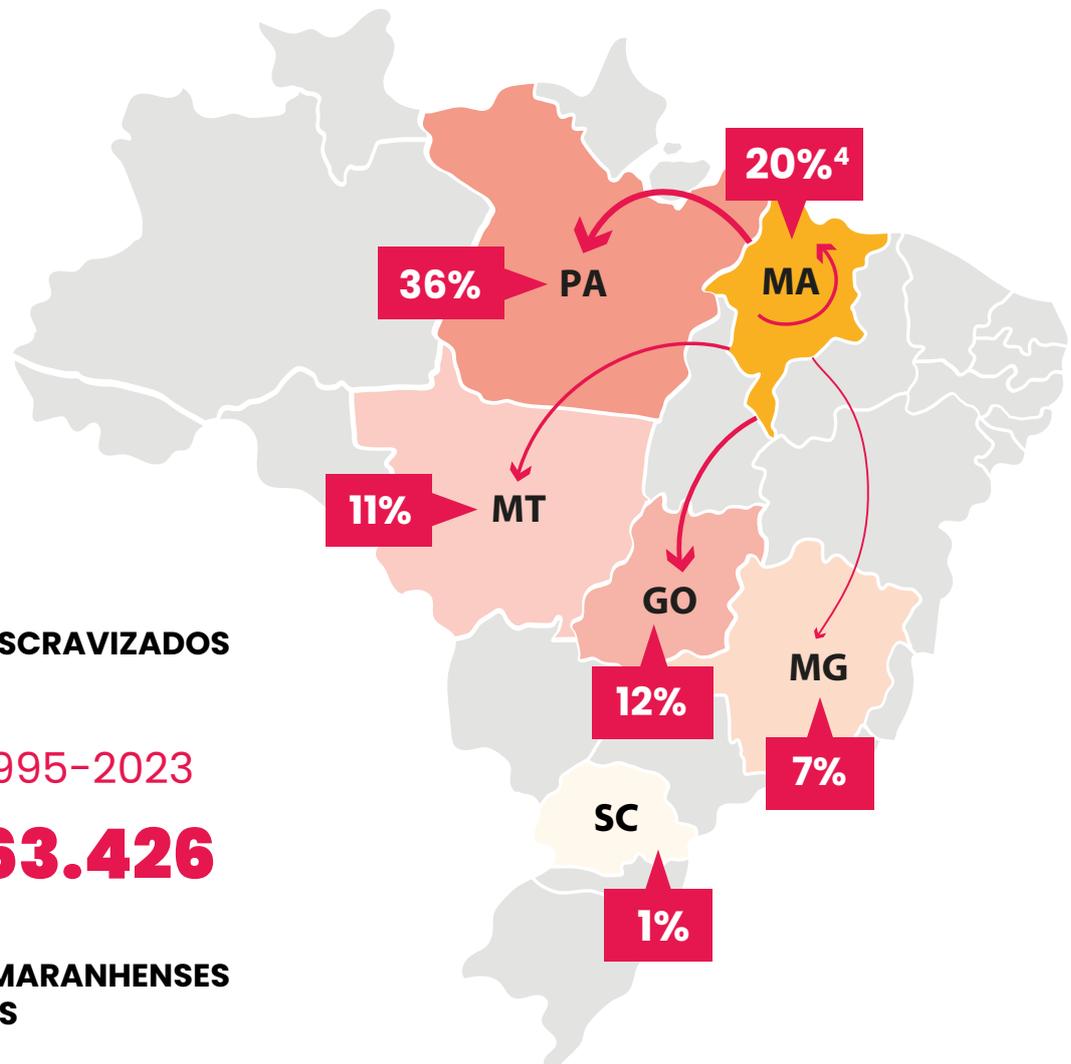
2014 - 2023



PRINCIPAIS DESTINOS

LEGENDA

1995-2023



Nº. TOTAL DE ESCRAVIZADOS NO BRASIL



1995-2023

63.426

Nº. TOTAL DE MARANHENSES ESCRAVIZADOS



1995-2023

10.256

Nº. DE TRABALHADORES MARANHENSES ANALISADOS²



1995-2023

8.720 ▶ 85%³

2. Os trabalhadores analisados são aqueles que possuem dados disponíveis para levantamento e cruzamento de informações. Vide a seção de metodologia.

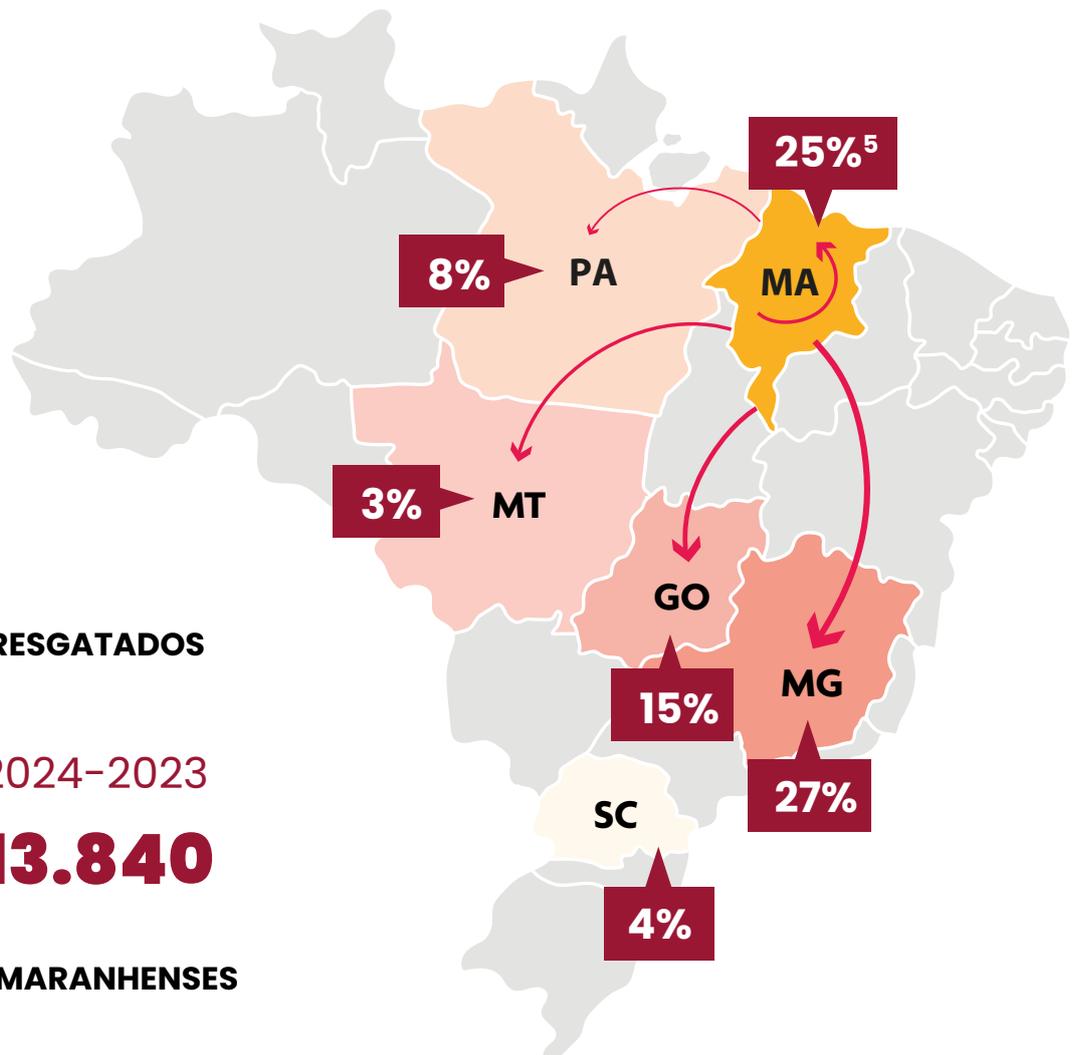
3. Em relação ao total de maranhenses.

4. 20%: Fluxo intraestadual.

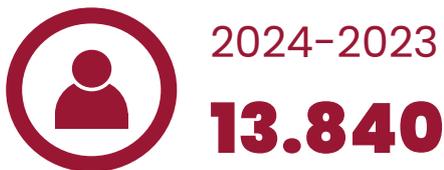
PRINCIPAIS DESTINOS

LEGENDA

■ 2014-2023



Nº. TOTAL DE RESGATADOS NO BRASIL



Nº. TOTAL DE MARANHENSES RESGATADOS



Nº. DE TRABALHADORES MARANHENSES ANALISADOS⁶



5. 25%: Fluxo intraestadual.

6. Os trabalhadores analisados são aqueles que possuem dados disponíveis para levantamento e cruzamento de informações. Vide a seção de metodologia.



Análise Repórter Brasil

Fluxos migratórios

A análise dos deslocamentos de maranhenses submetidos ao trabalho escravo na série histórica (1995-2023) mostra que a maior parte deles foi explorada no Pará (36%), mas também no próprio Maranhão (20%) e Mato Grosso (11%) principalmente na região do avanço da fronteira agropecuária. Nas décadas de 1990 e 2000, esses trabalhadores eram recrutados principalmente para o trabalho na pecuária. Desempenhavam atividades como instalação de cercas dos latifúndios, limpeza dos terrenos, conhecida como roço de juquira, e a própria lida com o gado.

Esse fluxo migratório de trabalhadores escravizados se iniciou já na década de 1970, quando o governo militar incentivou o desmatamento da floresta nativa para ocupação populacional e instalação de grandes projetos nacionais, como os agropecuários. O avanço da fronteira agropecuária continua até hoje, seguindo para direção oeste da Floresta Amazônica. Naquela época, trabalhadores em situação de vulnerabilidade, principalmente de estados da região Nordeste, eram aliciados para trabalhar no desmatamento da mata nativa para então, serem explorados nas pastagens e lavouras.

No último decênio (2014-2023), observamos uma mudança nas rotas migratórias de maranhenses escravizados. Os principais destinos passaram a ser Minas Gerais (27%), o próprio Maranhão (25%) e Goiás (15%). Já o Pará é destino de apenas 8% desses trabalhadores no período. Neste último caso, a diminuição ocorre porque a exploração no Pará ocorre principalmente com trabalhadores do próprio estado. Lá, a proporção de resgatados que são naturais do próprio estado passa de 34% na série histórica para 56% no último decênio.

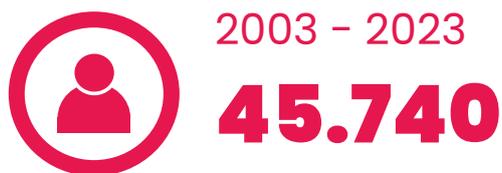
Os fluxos intraestaduais de exploração é uma tendência em alguns locais do Brasil. No Tocantins, a mudança varia de 53% para 65%; já no Mato Grosso, vai de 21% a 43%, e em São Paulo, de 30% para 35%. Uma explicação possível diz respeito ao desenvolvimento econômico desses estados na última década, que pode ter absorvido a mão-de-obra interna para o mercado de trabalho.



04.

Perfil dos trabalhadores maranhenses resgatados do trabalho escravo no Brasil

Nº. TOTAL DE RESGATADOS NO BRASIL



Nº. TOTAL DE MARANHENSES RESGATADOS



Nº. DE TRABALHADORES MARANHENSES ANALISADOS⁷



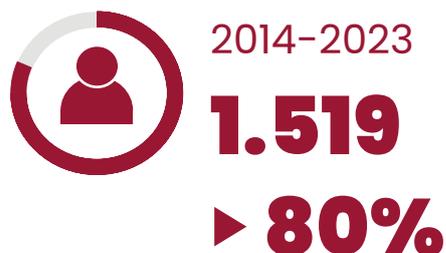
Nº. TOTAL DE RESGATADOS NO BRASIL



Nº. TOTAL DE MARANHENSES RESGATADOS



Nº. DE TRABALHADORES MARANHENSES ANALISADOS⁸

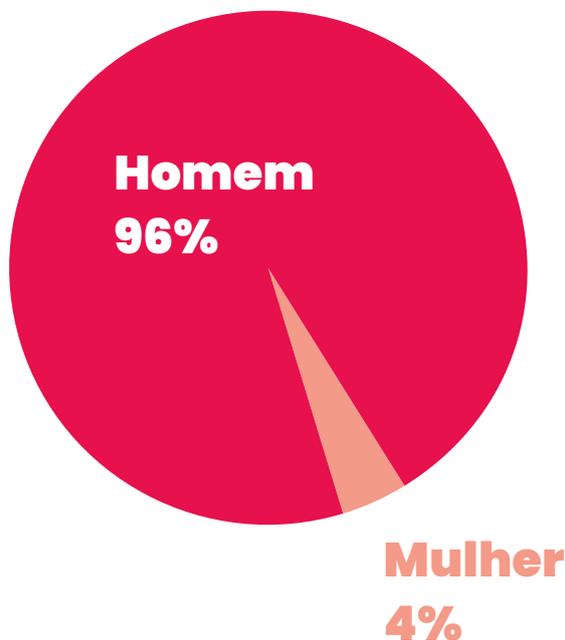


7. Os trabalhadores analisados são aqueles que possuem dados disponíveis para levantamento e cruzamento de informações. Vide a seção de metodologia.

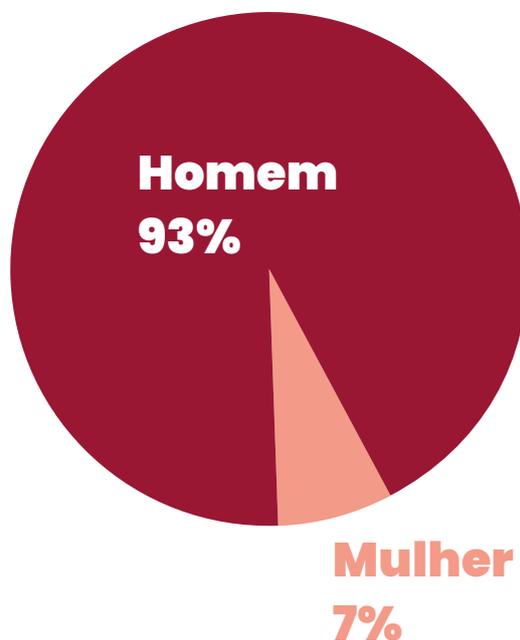
8. Em relação ao total de maranhenses.

GÊNERO

2003-2023

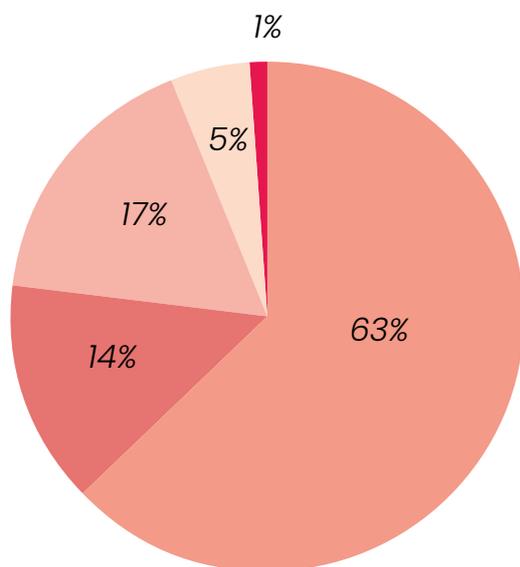


2014-2023

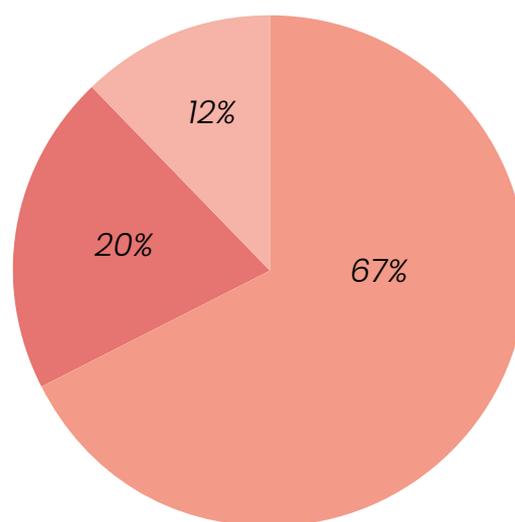


RAÇA⁹

2003-2023



2014-2023



■ Parda ■ Preta ■ Branca ■ Amarela ■ Indígena

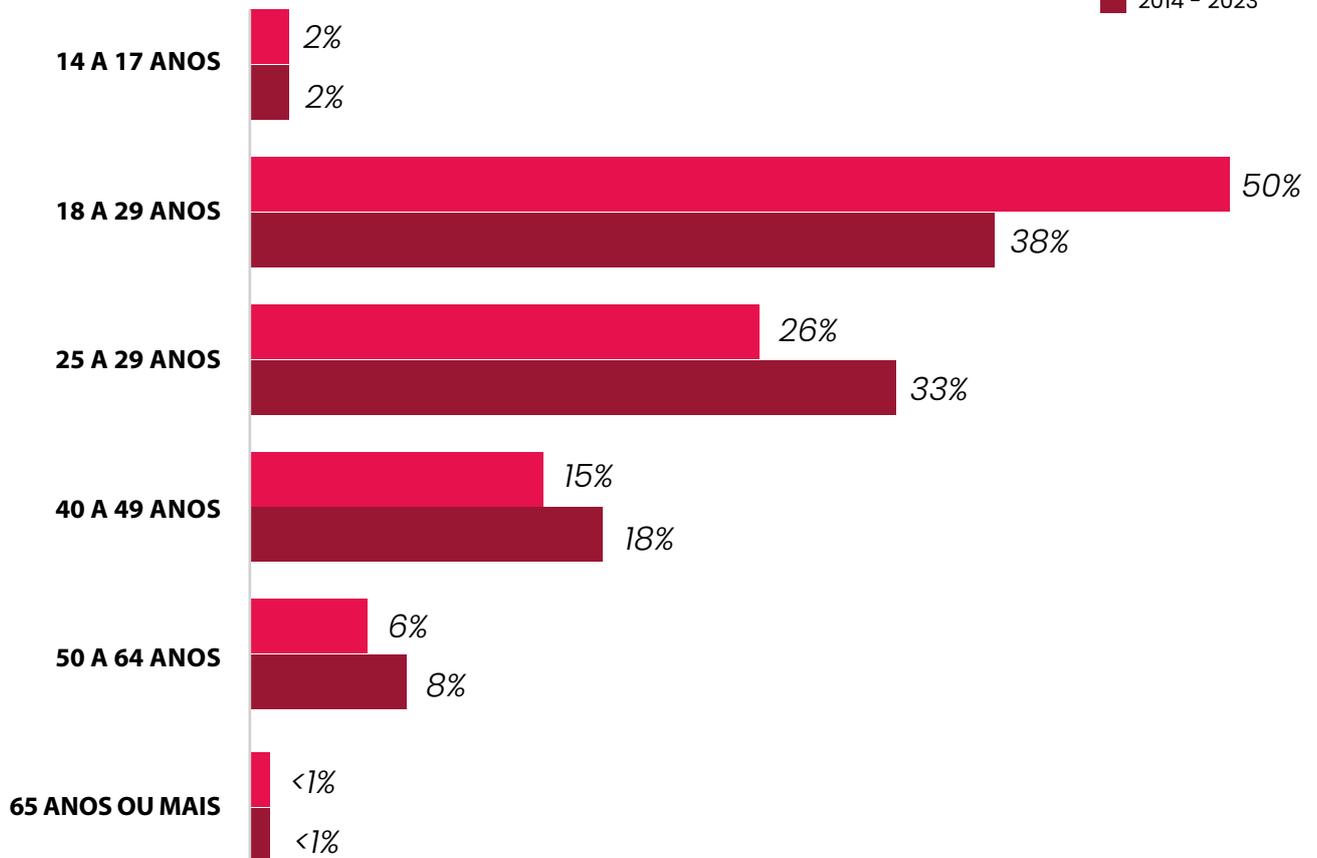
9. Os dados de raça diferem dos publicados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) pois foram revisados pela Repórter Brasil. Foram identificadas inconsistências entre a informação de raça amarela registrada na guia de seguro desemprego de parte dos resgatados e aquela constante na base de dados do MTE. Com isso, o percentual de amarelos passou a ser menor do que aquele que consta nos registros oficiais.

FAIXA ETÁRIA

LEGENDA

2003 - 2023

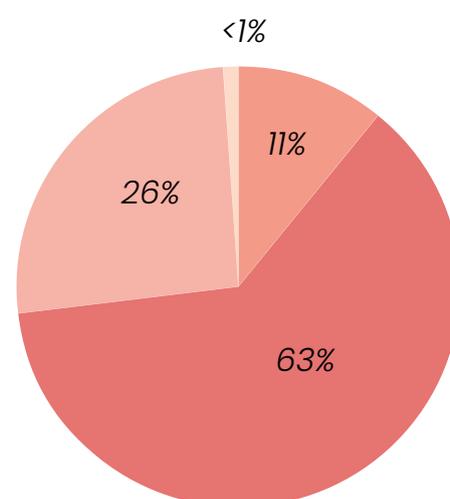
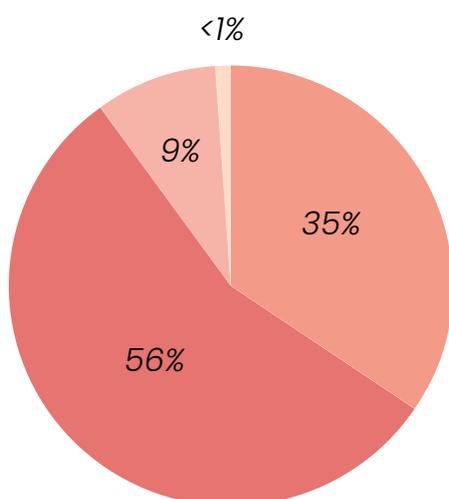
2014 - 2023



ESCOLARIDADE

2003-2023

2014-2023



Analfabeto

Até o Ensino Fundamental

Até o Ensino Médio

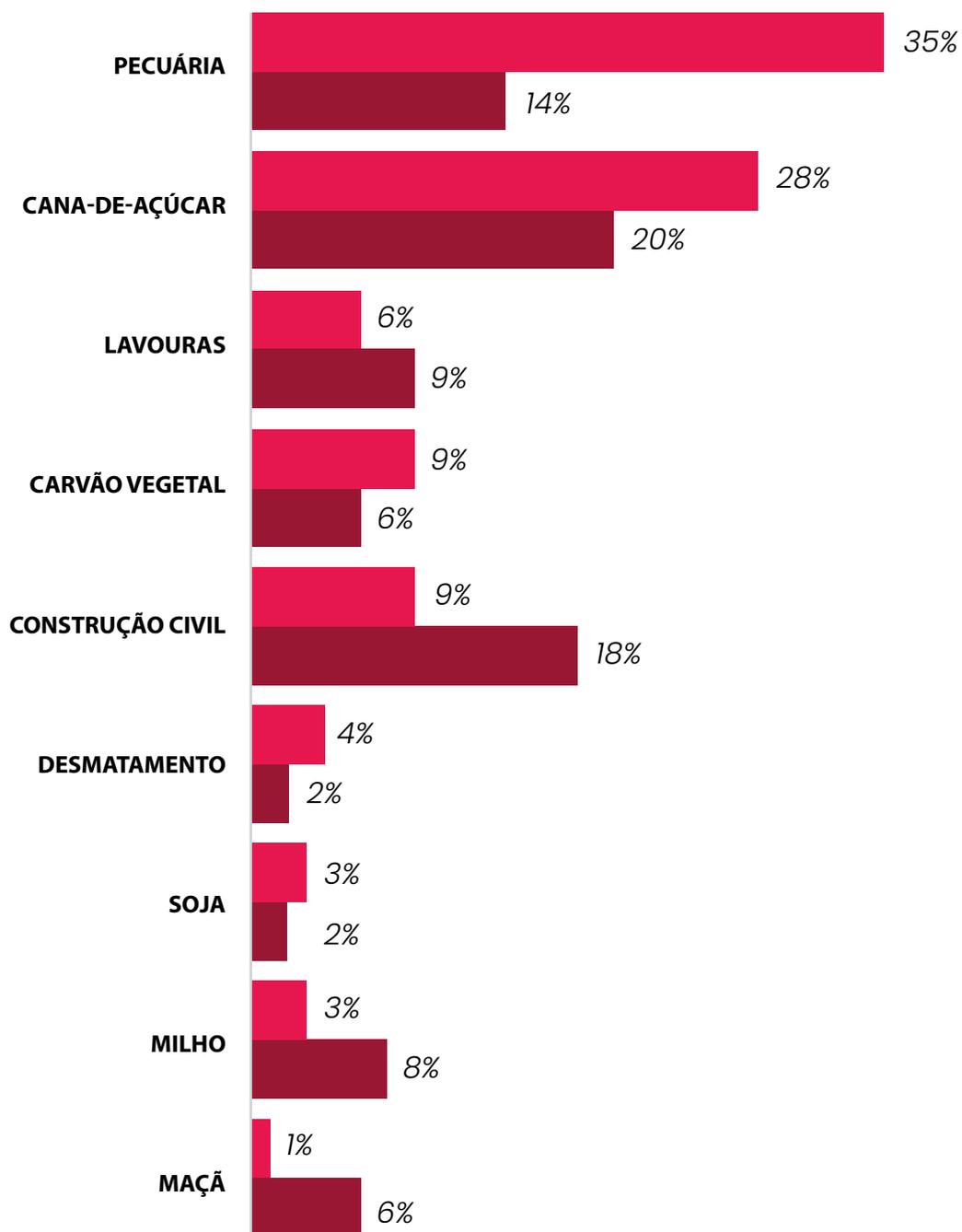
Até o Ensino Superior

PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS ONDE TRABALHADORES MARANHENSES FORAM RESGATADOS

LEGENDA

■ 1995 - 2023

■ 2014 - 2023





Análise Repórter Brasil

Atividades econômicas em que maranhenses são explorados

Devido à dinâmica apresentada na seção anterior, a pecuária corresponde à principal atividade em que o trabalhador é resgatado: 38% dos trabalhadores escravizados foram explorados nesse setor, seguido da cana-de-açúcar (28%). Para esta segunda atividade, os flagrantes se deram principalmente em Goiás (12%) e Minas Gerais (7%).

No último decênio, o corte de cana-de-açúcar se consolida como a principal atividade econômica onde 20% dos trabalhadores maranhenses são escravizados. O fluxo de maranhenses para o corte da cana-de-açúcar em outros estados era muito frequente desde a década de 1980, e as condições de trabalho sempre foram péssimas. Na década de 2000, o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho organizaram uma série de fiscalizações e ações para pressionar o setor sucroalcooleiro para a melhoria das condições de trabalho nas frentes do corte de cana. Dessa ação, decorreram resgates, como aqueles que foram recordes de trabalhadores libertados: Em 2007, foram resgatados 1.064 trabalhadores em uma única operação em Ulianópolis (PA). No mesmo ano, 1.011 pessoas foram encontradas em trabalho escravo em um único estabelecimento, no município de Brasilândia (MS).

Em 2009, o governo federal e entidades empresariais assinaram um acordo com o objetivo de melhorar as condições de trabalho nos canaviais, intitulado “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar”. Somado a isso, houve uma diminuição de demanda por mão-de-obra no setor com a mecanização de parte da produção, como ocorreu em São Paulo. Além disso, na década de 2010, o setor sucroalcooleiro passa por uma retração, com a queda de exportações e o fechamento de usinas.

Com isso, o fluxo de maranhenses se desloca para o trabalho na construção civil. O governo federal impulsionou o setor com projetos habitacionais e de grande infraestrutura, além daqueles que atenderam os megaeventos, como a Copa do Mundo de Futebol Masculino e as Olimpíadas. Essas iniciativas foram marcadas por casos de trabalho escravo.

Contudo, a partir de 2021, os registros de trabalho escravo em fazendas de cana aumentaram novamente, incluindo trabalhadores maranhenses, indicando que houve poucas alterações no modelo produtivo do setor no que se refere às condições da mão-de-obra braçal.

Há ainda no período maior diversificação de lavouras em que os maranhenses foram resgatados, com aumento proporcional para milho (de 3% para 8%), maçã (de 1% para 6%) e lavouras diversas (de 6% para 9%), como de cultivo de alho, mandioca, arroz e cebola. O período coincide com o fortalecimento do agronegócio no Brasil, cujo Produto Interno Bruto (PIB) saltou de R\$ 1 trilhão para R\$ 2,5 trilhões de 2014 a 2023¹⁰.

10. Dados do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Universidade de São Paulo (USP).

O aquecimento de um setor econômico é seguido por aumento de demanda e contratação de mão-de-obra. Contudo, o crescimento de investimentos e de lucros nem sempre revertem na melhoria de condições nas frentes de trabalho.

Observa-se ainda uma diminuição na proporção de maranhenses resgatados na produção de carvão vegetal, de 9% para 6%. Essa dinâmica está ligada ao combate ao trabalho escravo nesse setor econômico.

No início das fiscalizações de trabalho escravo, na década de 1990, o setor carvoeiro figurava entre os principais com registros de exploração laboral, principalmente aquelas que alimentavam as siderúrgicas do Polo Carajás, situado nos municípios de Marabá (PA) e Açailândia (MA). Em resposta a esse problema, intensificado entre 2000 e 2004, o setor siderúrgico firmou, em 2004, um compromisso nacional para eliminar o trabalho escravo de sua cadeia produtiva. Com o apoio da OIT, do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho, foi criado o Instituto Carvão Cidadão (ICC), que fiscalizava as condições de trabalho nas carvoarias nos estados do Pará, Maranhão, Tocantins e Piauí.

Antes da iniciativa, apenas 3% dos trabalhadores tinham carteira assinada, percentual que subiu para 96% em 2010¹¹. Apesar dos avanços, as fiscalizações continuaram registrando irregularidades, embora com menor frequência. Por outro lado, no período pós-pandemia tem sido observado novo aumento no número de registros de exploração laboral em carvoarias no Brasil, possivelmente indicando um retrocesso nas condições trabalhistas no setor. Entre 2021 e 2023, foram escravizados 550 trabalhadores na produção de carvão vegetal no Brasil. Isso representa um aumento percentual de 42% em relação ao triênio anterior, de 2018 a 2020, quando 388 resgates foram realizados.

Já em relação à origem dos trabalhadores resgatados no Maranhão observa-se que a maioria é originária do próprio estado, tanto na série histórica (81%), quando no último decênio (77%). Os demais estados que emitiram trabalhadores para o território maranhense são principalmente aqueles vizinhos, como Piauí e Pará, mas também Ceará. Eles migram principalmente para o trabalho em fazendas de gado e carvoarias. Já os dois estados nordestinos também possuem fluxos migratórios para o extrativismo da carnaúba. Tanto o Maranhão, como Piauí e Ceará são os principais produtores da cera derivada dessa planta.

11. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil. Brasília, 2010.

05.

Perfil das trabalhadoras maranhenses resgatadas do trabalho escravo no Brasil

Nº. TOTAL DE RESGATADAS NO BRASIL



Nº. TOTAL DE MARANHENSES RESGATADAS



Nº. DE TRABALHADORAS MARANHENSES ANALISADAS



Nº. TOTAL DE RESGATADAS NO BRASIL



Nº. TOTAL DE MARANHENSES RESGATADAS



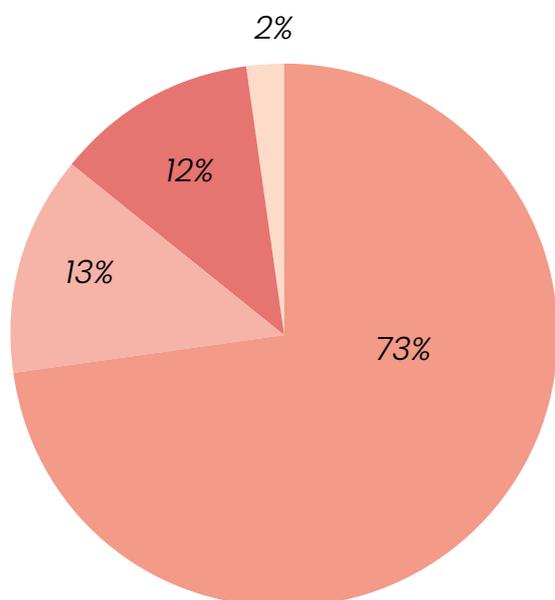
Nº. DE TRABALHADORAS MARANHENSES ANALISADAS



12. Em relação ao total de maranhenses.

RAÇA

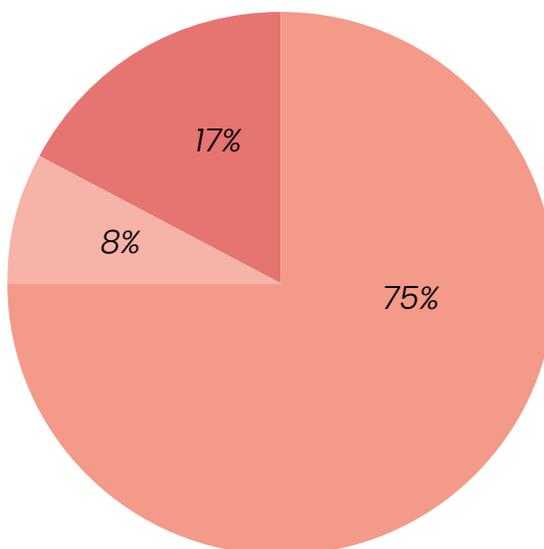
2003-2023



Parda

Preta

2014-2023

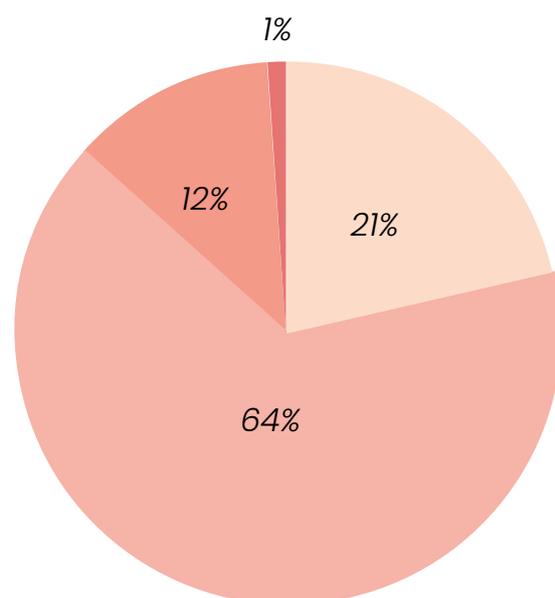


Branca

Amarela

ESCOLARIDADE

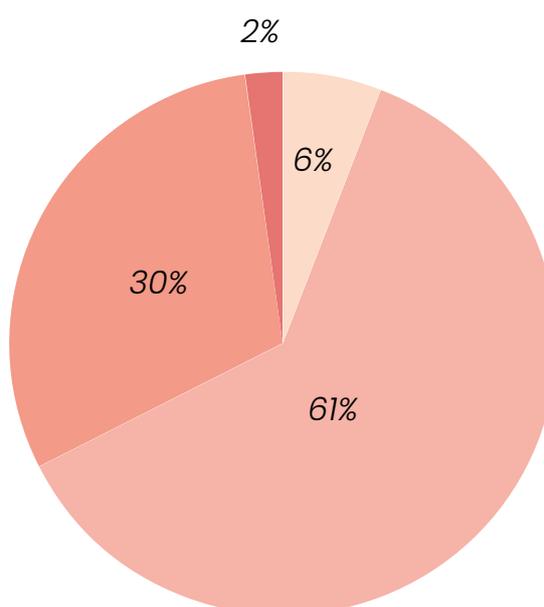
2003-2023



Até o Ensino Superior

Até o Ensino Médio

2014-2023



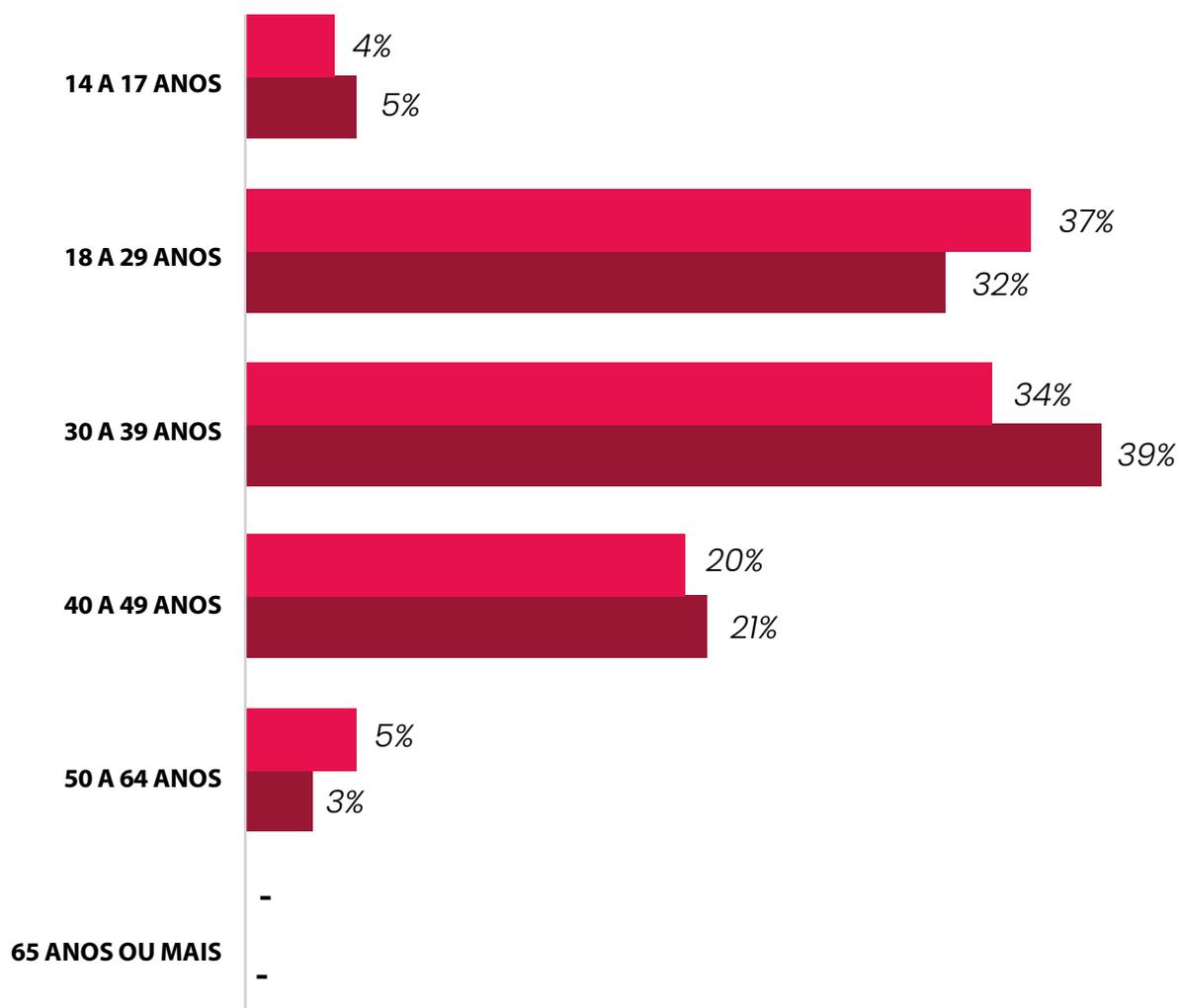
Até o Ensino Fundamental

Analfabeto

FAIXA ETÁRIA

LEGENDA

- 2003 - 2023
- 2014 - 2023

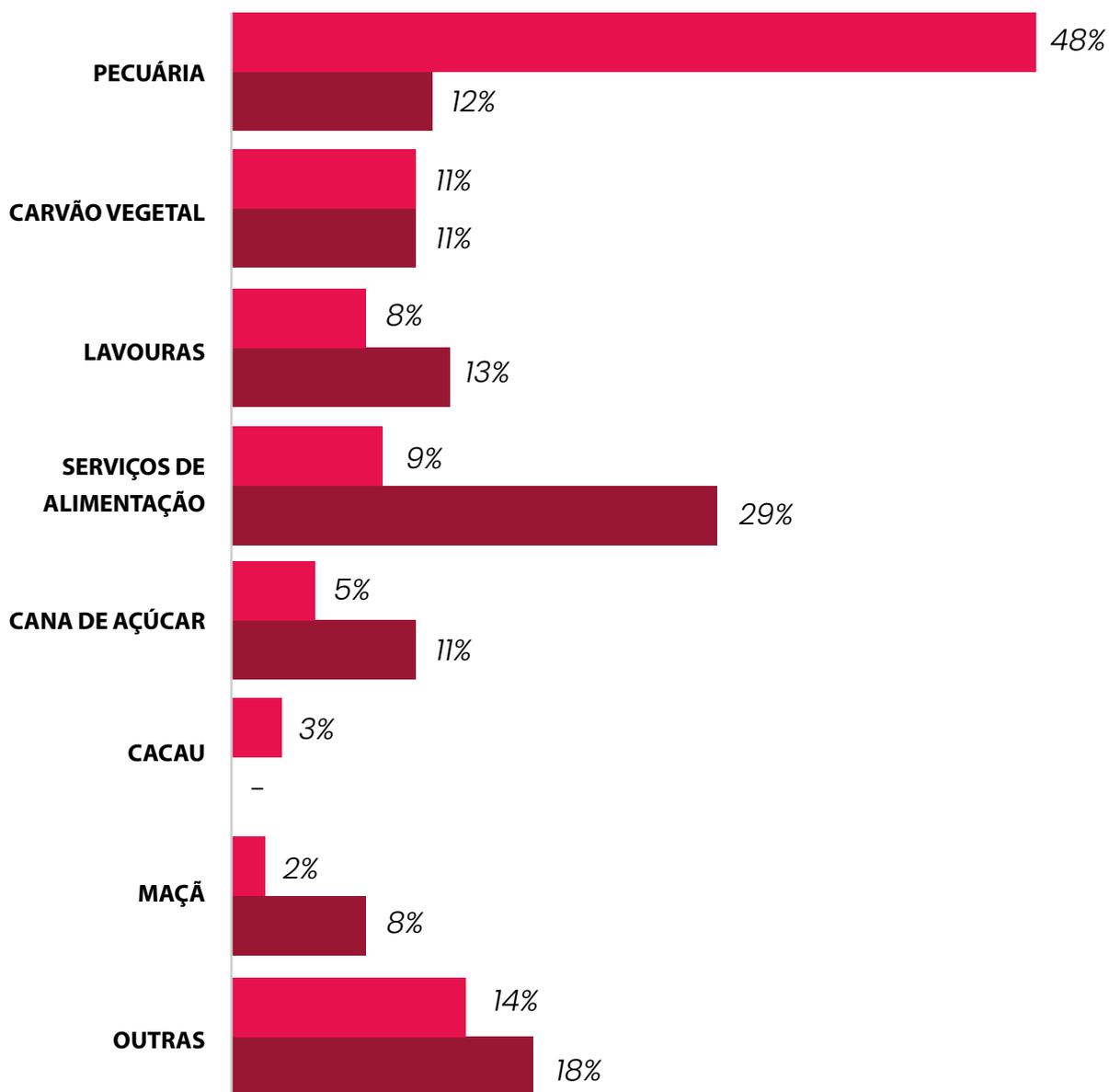


PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS ONDE TRABALHADORAS MARANHENSES FORAM ESCRAVIZADAS

LEGENDA

1995 - 2023

2014 - 2023





Análise Repórter Brasil

Gênero

Na série histórica, as vítimas de trabalho escravo maranhenses eram 96% homens e 4% mulheres. Nos últimos dez anos, a proporção entre homens e mulheres resgatados é de 93% e 7%, respectivamente, indicando um aumento na proporção de mulheres resgatadas. Essa dinâmica acompanha uma tendência nacional de aumento da proporção feminina entre os resgatados. No Brasil, 94% deles eram homens e 6% mulheres, entre 2003 e 2023. No último decênio, a diferença diminuiu para 91% e 9%, respectivamente.

O aumento das mulheres dentre as vítimas resgatadas pode indicar uma mudança de percepção da sociedade e do Estado a respeito de trabalhos, como o doméstico e de cuidados, geralmente desempenhado por mão-de-obra feminina, mas que são invisibilizados. Como decorrência, nos últimos dez anos, há maior frequência de resgates de trabalhadoras nesses setores. A título de exemplo, entre 2014 e 2023, 27% das maranhenses resgatadas eram cozinheiras.

Escolaridade

A maioria dos trabalhadores maranhenses resgatados tem baixa escolaridade. Entre 2003 e 2023, 35% eram analfabetos. Nos 11 primeiros anos (2003-2013), esse percentual era de 39%, diminuindo significativamente nos últimos dez anos e chegando a 11%. Paralelamente, houve um aumento na proporção daqueles com escolaridade até o Ensino Fundamental, que passou de 56% para 63% no mesmo período. O percentual de resgatados com Ensino Médio também aumentou, de 9% para 26%. O número de trabalhadores com Ensino Superior continua baixo, representando menos de 1% dos resgatados.

A redução expressiva do número de analfabetos entre as vítimas é reflexo do fato de atualmente poucas pessoas no Brasil serem completamente analfabetas. Em 2023, a taxa de analfabetismo no Brasil era de 5,4%. Assim, a alfabetização deixou de ser um indicador decisivo de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse mesmo sentido, está o fato de mais de um quarto dos escravizados maranhenses terem Ensino Médio. Sobre esse último dado, há a constatação de que apenas o aumento da escolaridade não dá conta de evitar que os trabalhadores sejam aliciados, apontando para a necessidade de iniciativas e políticas que estimulem a empregabilidade da juventude em postos de trabalho dignos.

Faixa etária

A análise da faixa etária dos maranhenses resgatados também revela uma mudança no perfil das vítimas. No período de 2003 a 2023, a maior parte dos resgatados tinha entre 18 e 29 anos (50%). Nos últimos dez anos, essa concentração permaneceu elevada, mas houve uma redução para 38%. Além disso, os trabalhadores com idade entre 30 e 49 anos também se tornaram mais representativos, passando de 41% para 51%.

Esse deslocamento etário pode estar relacionado ao impacto das políticas educacionais e sociais que aumentaram a escolarização da população jovem. Em contrapartida, os trabalhadores mais velhos, que tiveram menos acesso à educação formal e não foram beneficiados pelos avanços educacionais das últimas décadas, continuam sendo os mais suscetíveis à exploração laboral.

Ademais, os últimos dez anos foram marcados por iniciativas da sociedade civil e do Estado para a prevenção ao trabalho escravo, incluindo aquelas focadas na população jovem. O programa Escravo, nem pensar!, por exemplo, foi implementado na rede estadual de ensino do Maranhão entre 2015 e 2021, e preveniu mais de 380 mil pessoas do problema por meio de ações educacionais, sendo 214 mil estudantes.

Raça

O mercado de trabalho no Maranhão é desigual segundo um recorte racial, cuja assimetria é negativa para pretos e pardos. No estado, indivíduos brancos possuem rendimento médio de R\$ 1.588, enquanto pretos ou pardos recebem R\$ 1.168, uma diferença de R\$ 420, ou 36% a menos. Observa-se, portanto, que a população negra enfrenta uma desvantagem econômica significativa em relação à média estadual.

O fato de a maioria dos trabalhadores escravizados serem negros é coerente com essa desigualdade. Entre 2003 e 2023, 63% eram pardos e 14%, negros; nos últimos 10 anos, 67% e 20%, respectivamente.

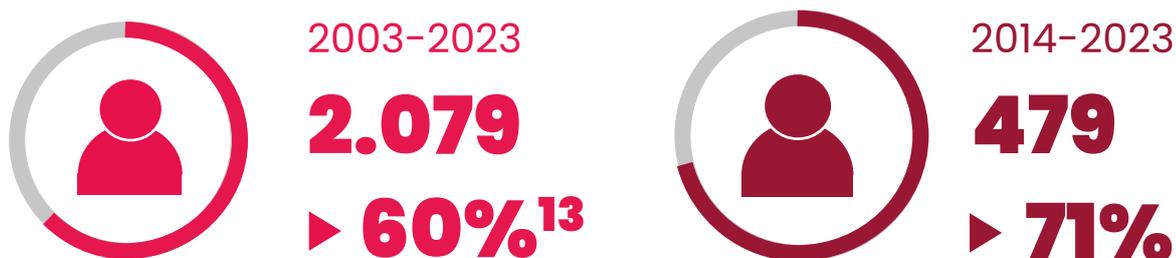
Já os trabalhadores indígenas e amarelos têm baixa representatividade: 0,6% e 6%, respectivamente. Esses dados evidenciam como as desigualdades raciais estruturais no Brasil impactam diretamente a suscetibilidade do indivíduo ao trabalho escravo, impactando negativamente pessoas pretas e pardas.



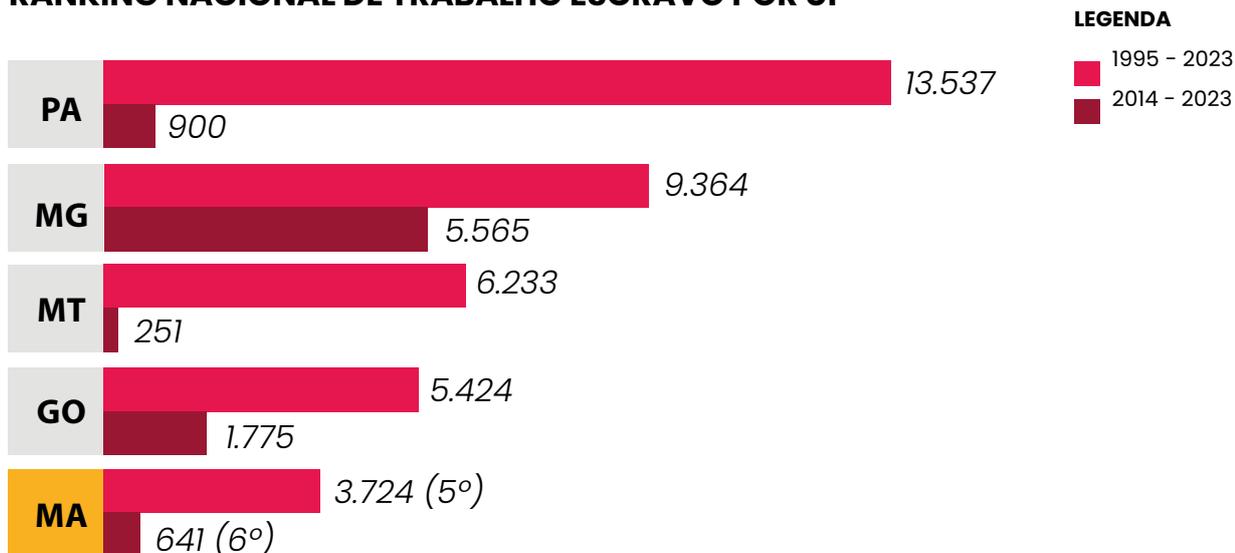
06.

Perfil dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo no Maranhão

Nº. DE TRABALHADORES ANALISADOS



RANKING NACIONAL DE TRABALHO ESCRAVO POR UF



LEGENDA

1995 - 2023
2014 - 2023

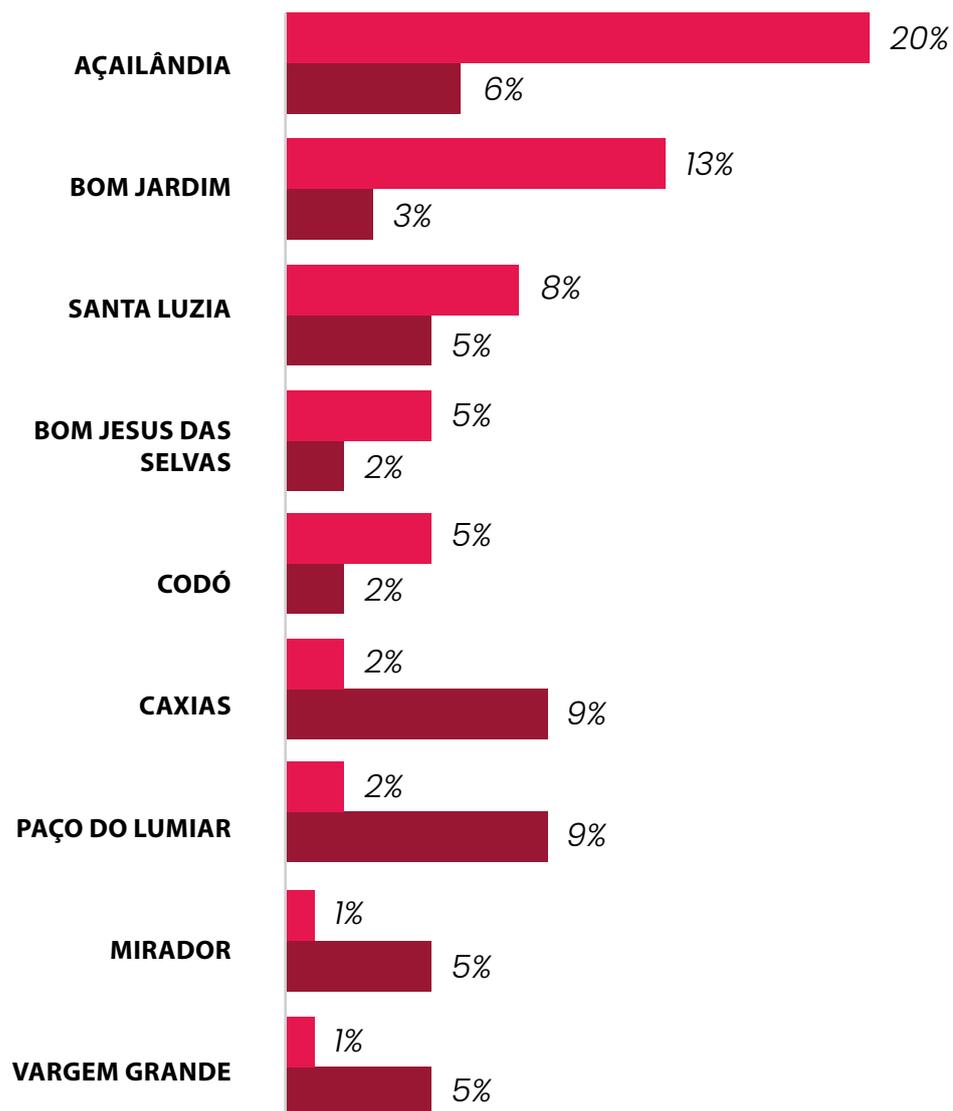
13. Em relação ao total de resgatados no Maranhão.

PRINCIPAIS MUNICÍPIOS MARANHENSES DE OCORRÊNCIA DE TRABALHO ESCRAVO

LEGENDA

■ 1995 - 2023

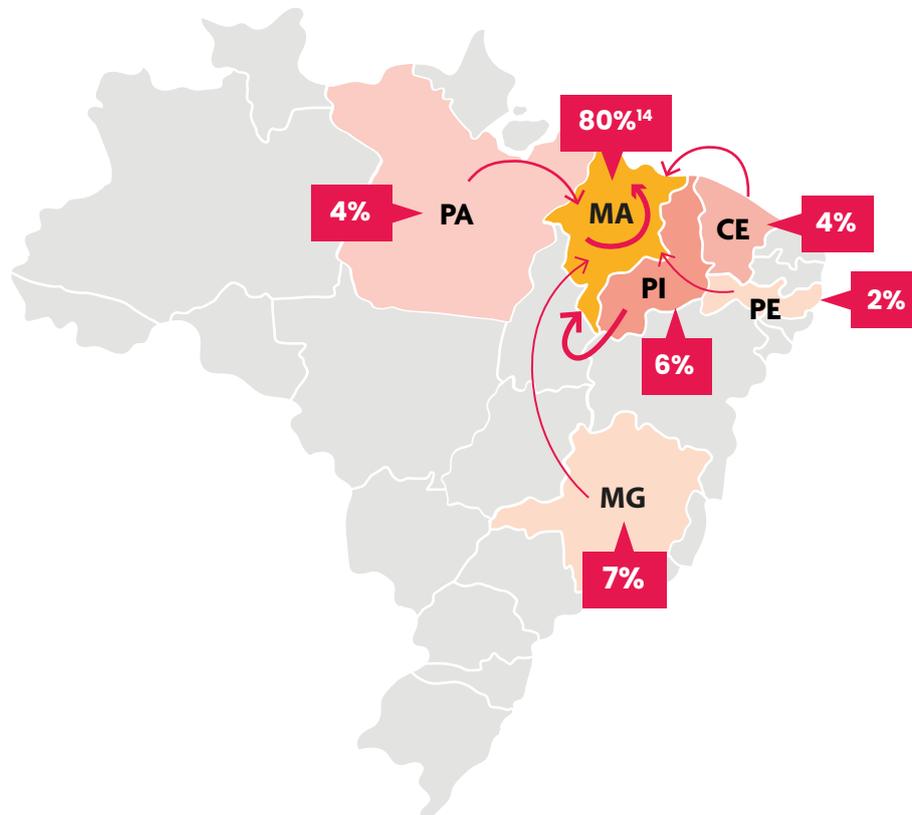
■ 2014 - 2023



PRINCIPAIS ESTADOS DE ORIGEM DOS RESGATADOS

LEGENDA

■ 1995 - 2023

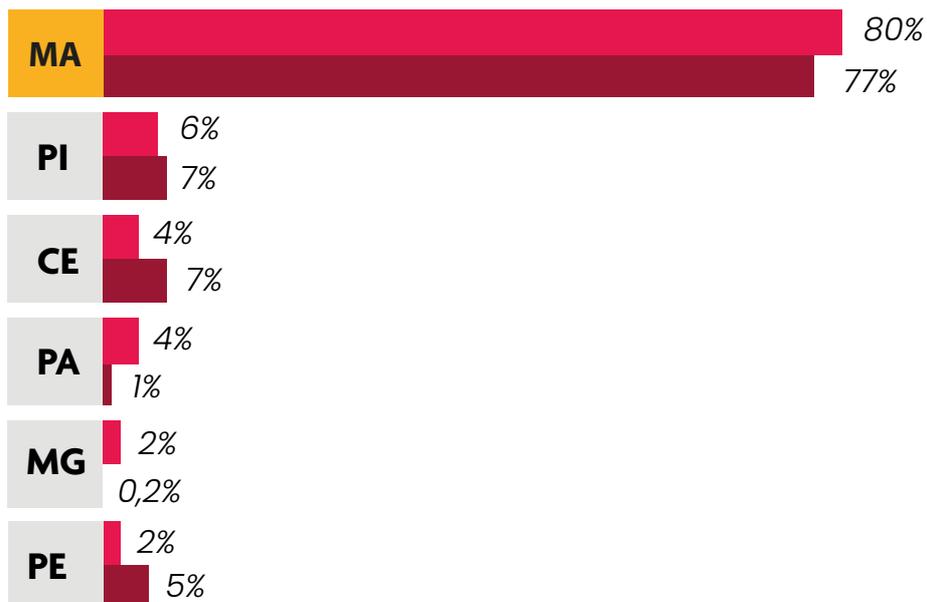


PRINCIPAIS ESTADOS DE ORIGEM DOS ESCRAVIZADOS NO MARANHÃO

LEGENDA

■ 1995 - 2023

■ 2014 - 2023

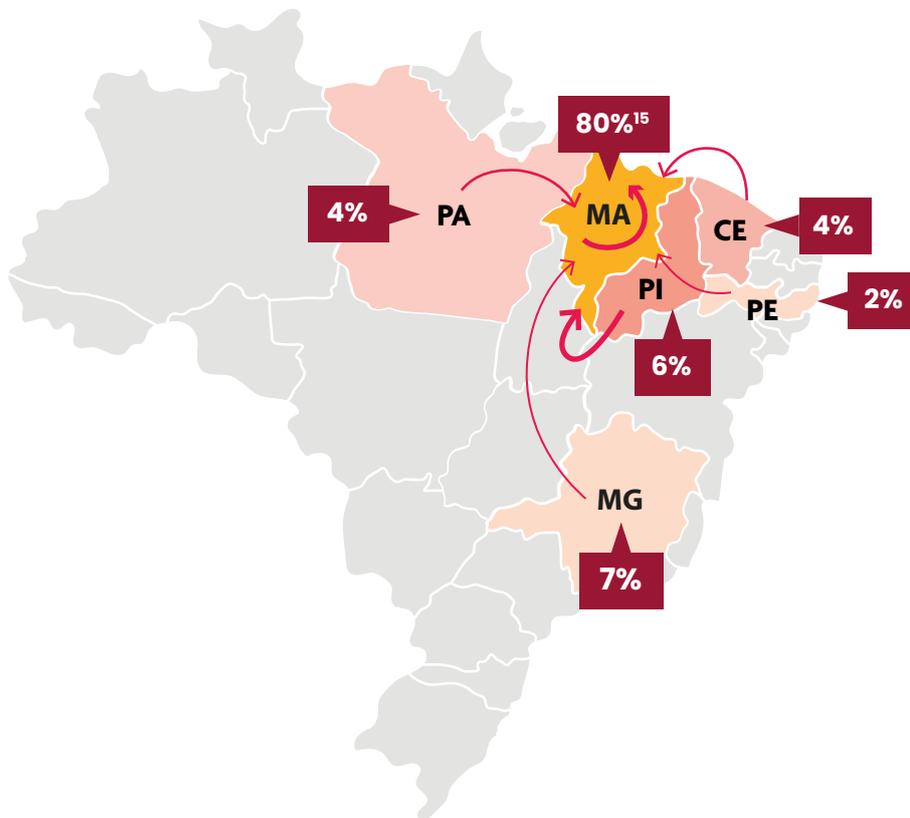


14. Fluxo intraestadual

PRINCIPAIS ESTADOS DE ORIGEM DOS RESGATADOS

LEGENDA

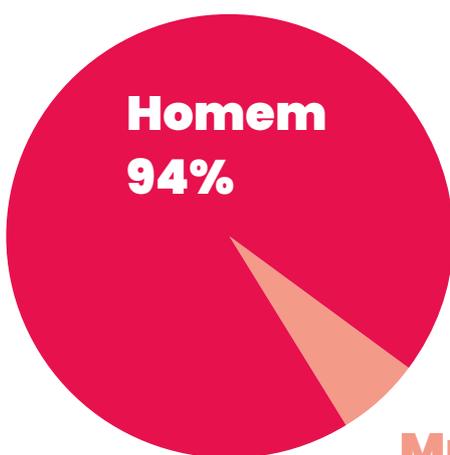
■ 2014 - 2023



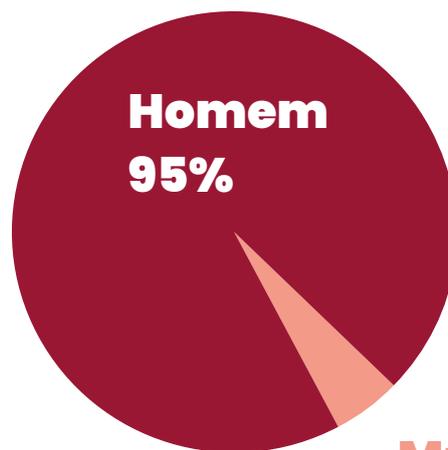
GÊNERO

2003-2023

2014-2023



Mulher
6%

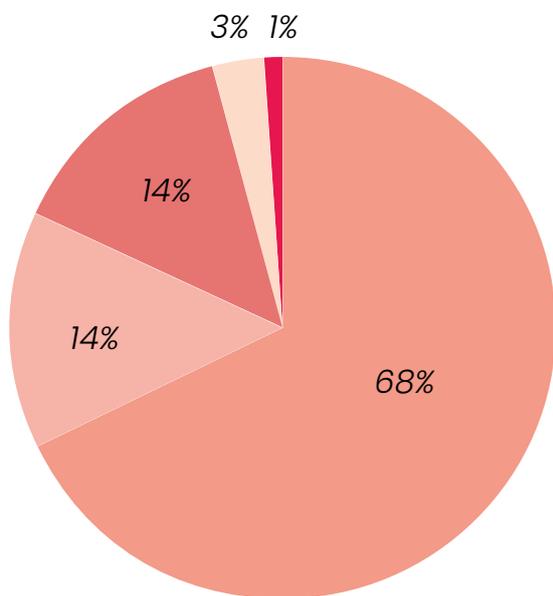


Mulher
5%

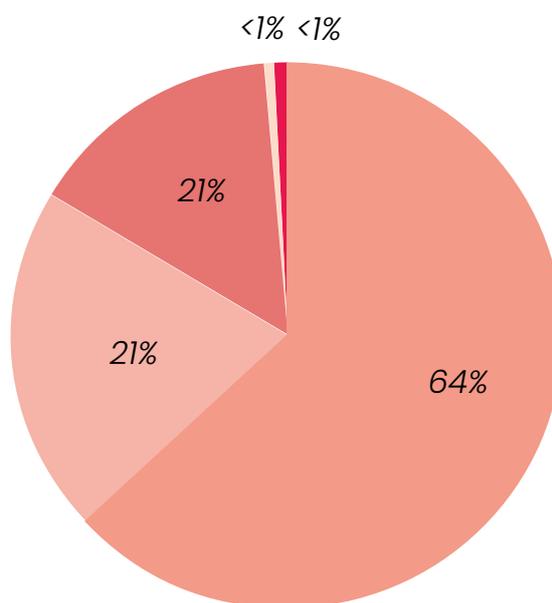
15. Fluxo intraestadual

RAÇA

2003-2023



2014-2023



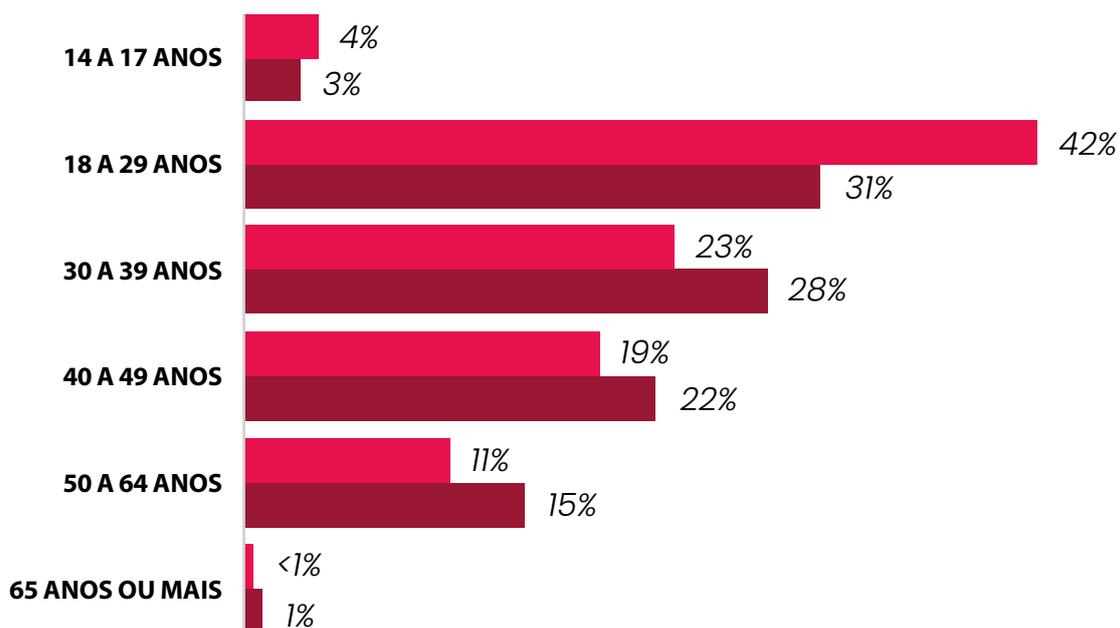
■ Branca ■ Preta ■ Branca ■ Amarela ■ Indígena

FAIXA ETÁRIA

LEGENDA

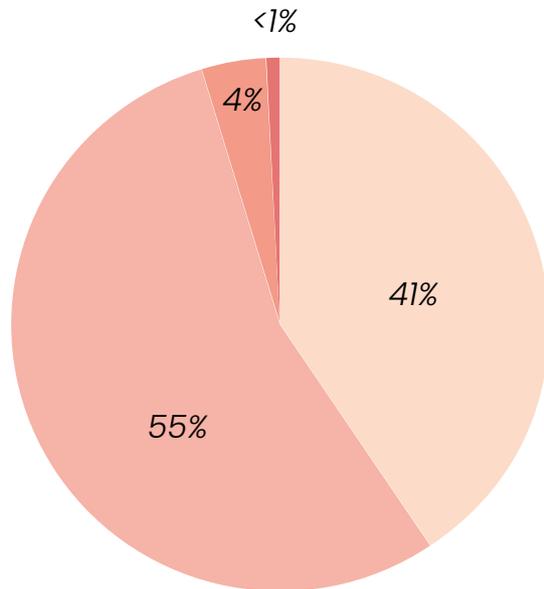
■ 2003 - 2023

■ 2014 - 2023

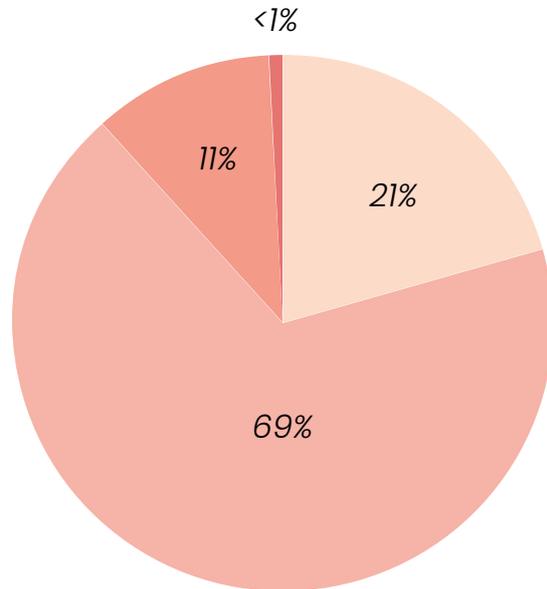


ESCOLARIDADE

2003-2023

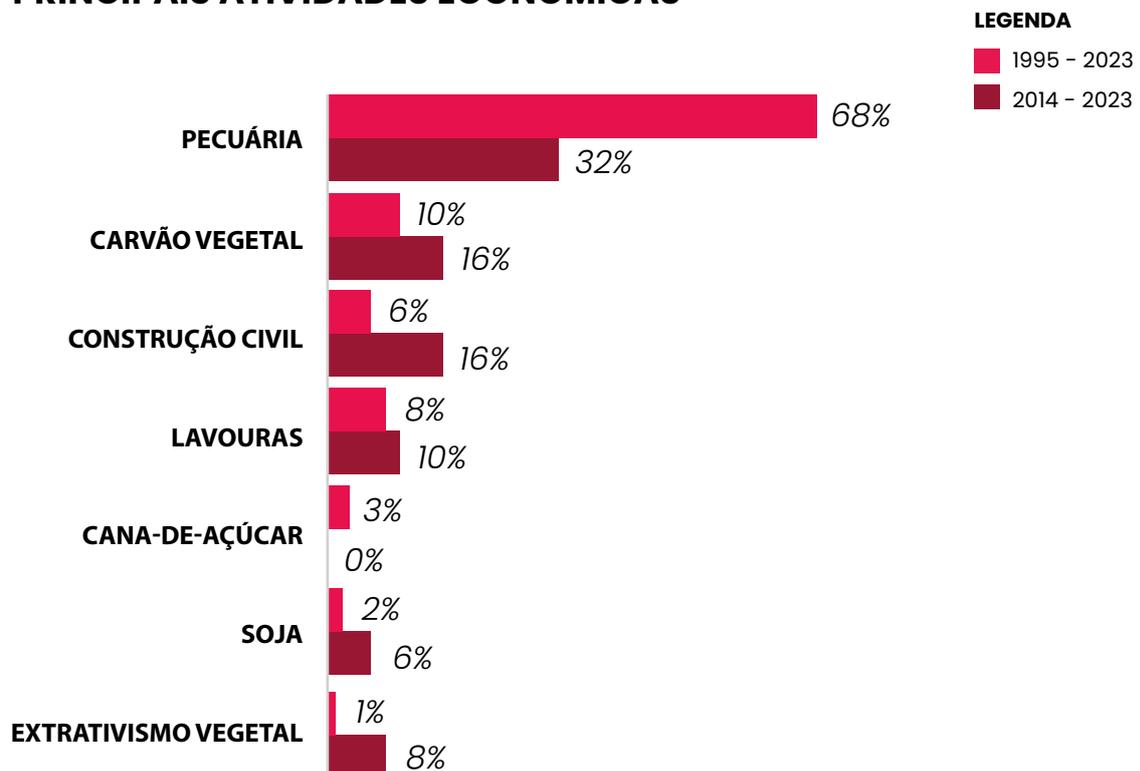


2014-2023



■ Até o Ensino Superior ■ Até o Ensino Médio ■ Até o Ensino Fundamental ■ Analfabeto

PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS



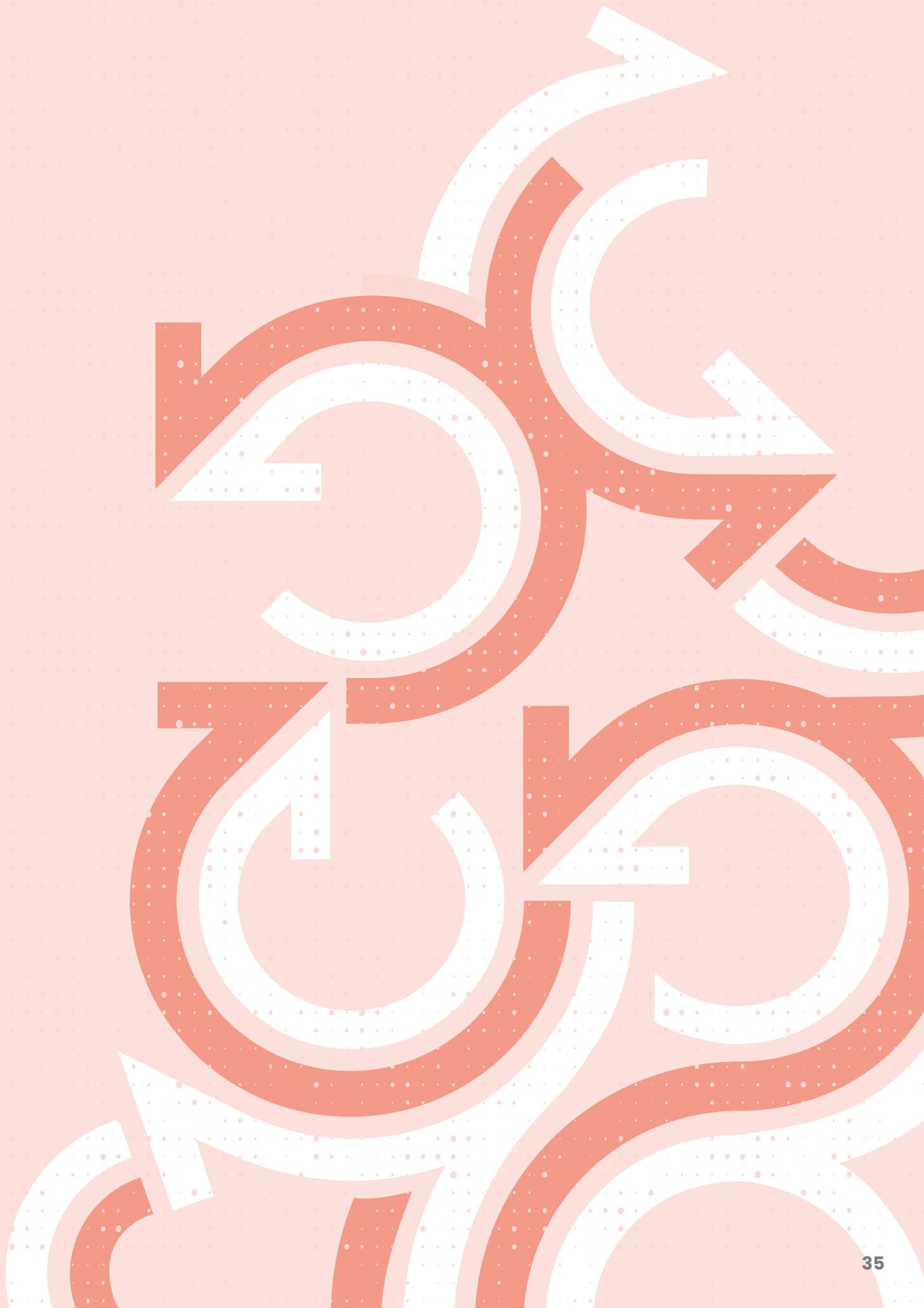


Análise Repórter Brasil

A dinâmica econômica do trabalho escravo no Maranhão se alterou no último decênio. A exploração esteve concentrada na pecuária, que representava 68% dos resgates em toda a série histórica. Essa atividade perdeu protagonismo na última década, caindo para 32%. Em contrapartida, setores como a construção civil e a produção de carvão vegetal dobraram sua participação, alcançando 16% cada. Outras atividades também apresentaram variações: a exploração de trabalhadores na cultura da soja passou de 2% para 6%, enquanto o extrativismo vegetal, antes pouco expressivo com 1%, chegou a 8%. Já a cana-de-açúcar, que representava 3% dos resgates, deixou de figurar entre os setores identificados na última década.

Essa mudança na distribuição setorial pode ser explicada por diferentes dinâmicas. A queda na proporção de resgates na pecuária reflete uma diversificação na atuação da fiscalização trabalhista, que passa a identificar o problema com maior recorrência em outras atividades econômicas na última década. Por outro lado, o aumento da construção civil entre os casos de trabalho escravo está ligado ao crescimento dos registros no setor em todo o Brasil. Este, por sua vez, é relacionado à mudança no *modus operandi* da fiscalização trabalhista, que passou a deixar de enxergar o problema como exclusivamente rural, identificando também o crime em atividades localizadas predominantemente em áreas urbanas, como a construção de edifícios.

O crescimento dos casos na produção de carvão vegetal é verificado sobretudo no período pós-pandemia. Já o avanço do trabalho escravo em fazendas de soja está diretamente relacionado à expansão dessa cultura no Matopiba, área que abrange Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Nessa região, o desmatamento avança sobre o Cerrado para dar lugar a latifúndios de soja, gerando impactos socioambientais e ocorrendo por meio da exploração de trabalhadores, especialmente na construção de cercas e na limpeza do solo para o plantio. Por fim, o aumento dos resgates no extrativismo vegetal decorre de fiscalizações em carnaubais, onde as condições de trabalho vêm sendo frequentemente denunciadas como degradantes.



07.

Perfil das trabalhadoras resgatadas do trabalho escravo no Maranhão

Nº TOTAL DE RESGATADAS NO MARANHÃO



2003-2023

126

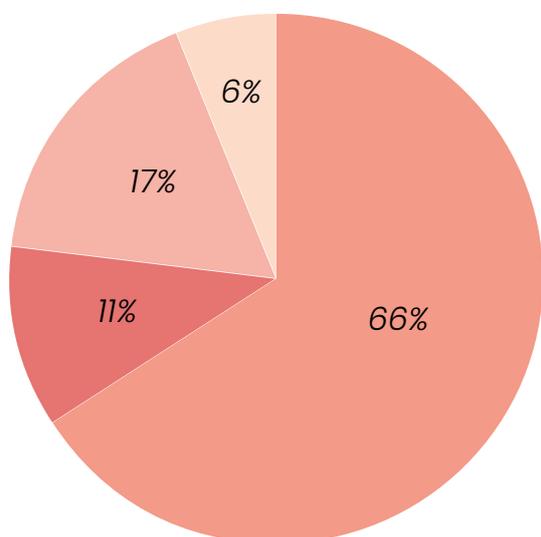


1995-2023

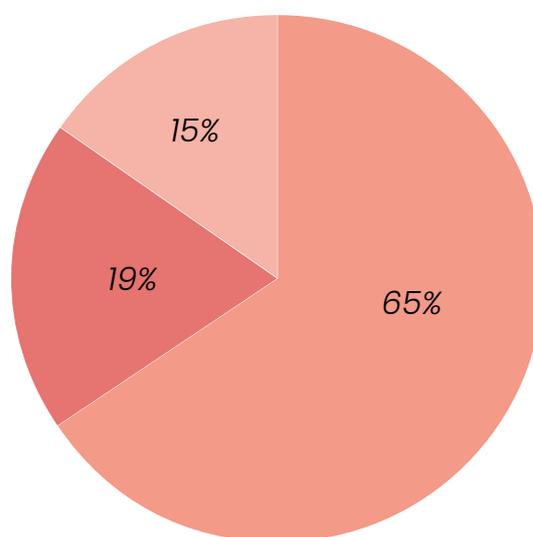
27

RAÇA

2003-2023



2014-2023



Parda

Preta

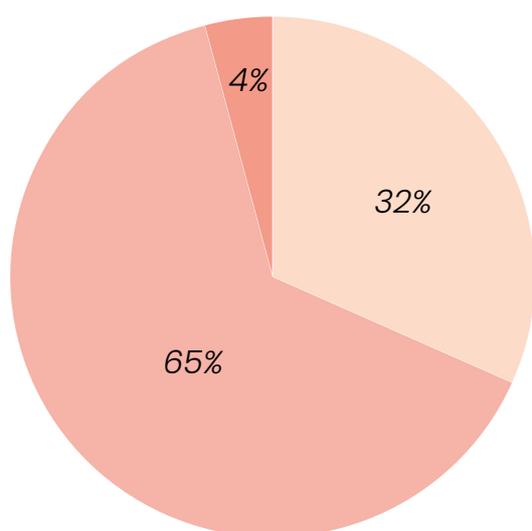
Branca

Amarela

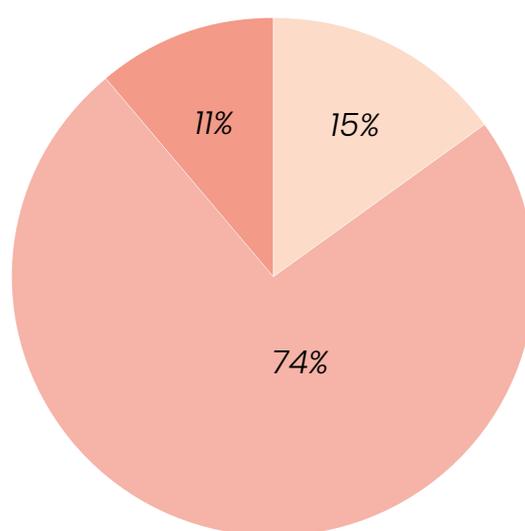
Indígena

ESCOLARIDADE

2003-2023



2014-2023



Até o Ensino Superior

Até o Ensino Médio

Até o Ensino Fundamental

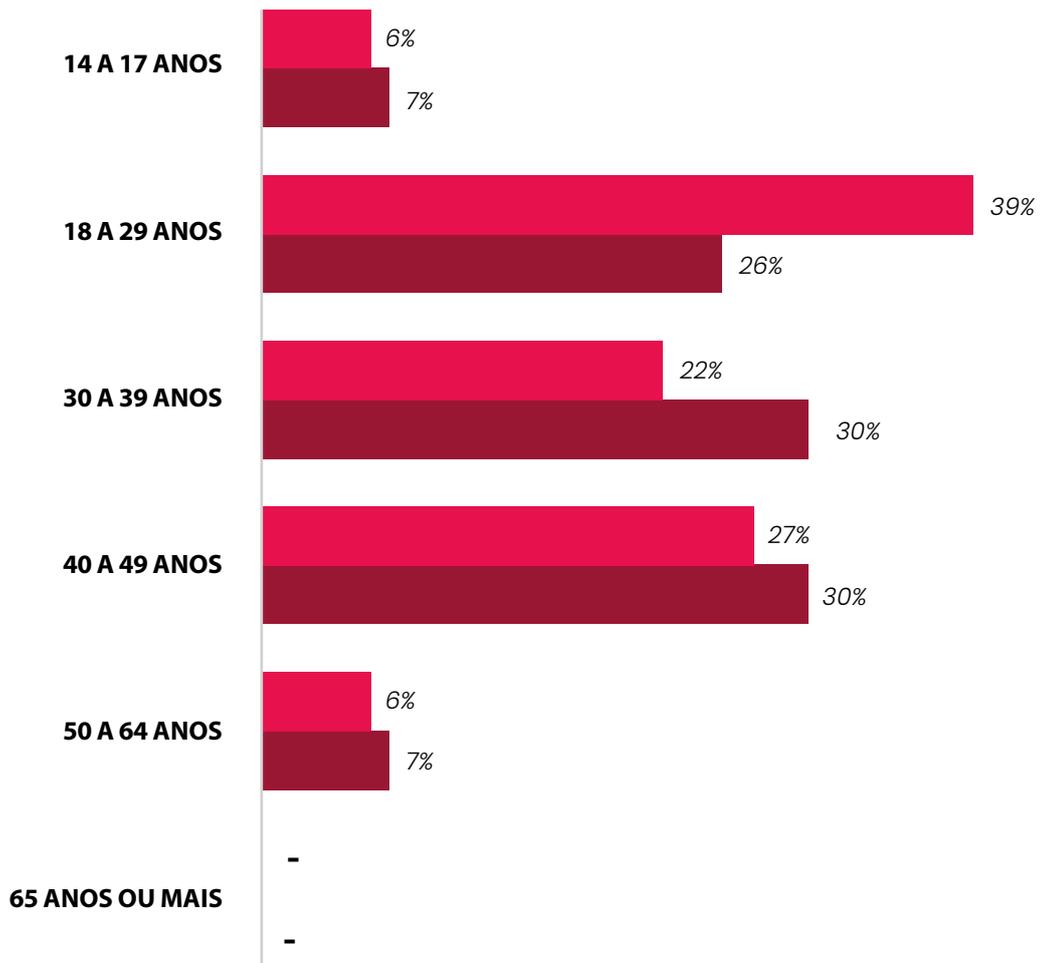
Analfabeto

FAIXA ETÁRIA

LEGENDA

2003 - 2023

2014 - 2023

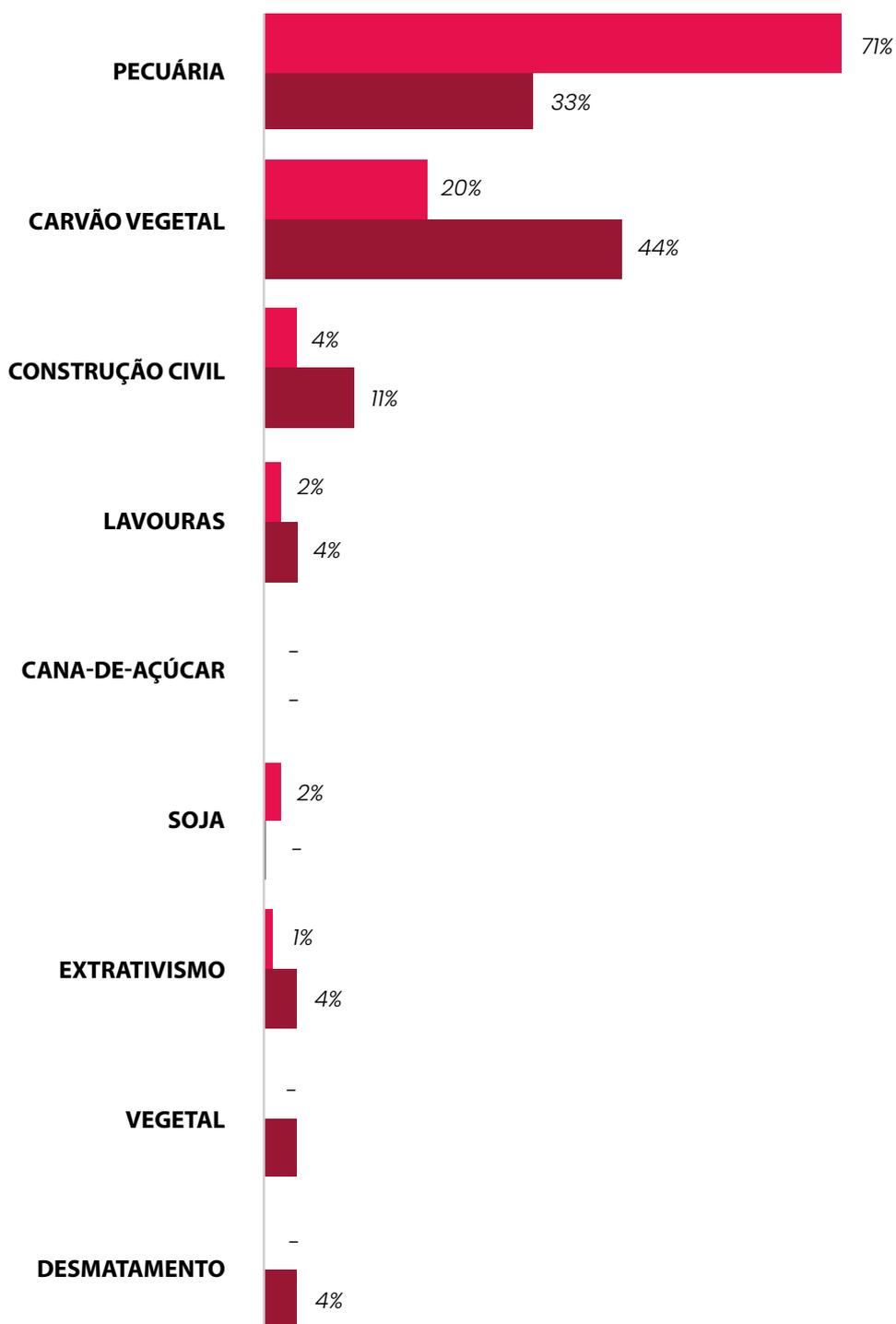


PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS ONDE FORAM ESCRAVIZADAS

LEGENDA

1995 - 2023

2014 - 2023





Análise Repórter Brasil

No recorte de gênero, a proporção de homens resgatados manteve-se predominantemente alta, passando de 94% no período entre 2003 e 2023 para 95% na última década.

A desigualdade racial persiste como fator estrutural na vulnerabilidade ao trabalho escravo. Embora os pardos continuem sendo a maioria entre os resgatados no Maranhão, sua participação caiu de 68% para 64%, enquanto o percentual de trabalhadores pretos subiu de 14% para 21%. Esse crescimento indica uma maior exposição dessa população ao problema. Trabalhadores brancos representaram 14% no período total e 15% na última década, enquanto indígenas e amarelos permaneceram com participações inexpressivas. Ambos possuem menos de 1% cada.

A faixa etária dos trabalhadores resgatados revela um envelhecimento progressivo da mão de obra escravizada. A proporção de jovens entre 18 e 29 anos caiu de 42% para 31%, enquanto a presença de trabalhadores entre 30 e 49 anos aumentou de 42% para 50%. Esse fenômeno pode ser reflexo da maior permanência de jovens na educação formal e da dificuldade de reinserção de trabalhadores mais velhos no mercado, tornando-os mais suscetíveis à exploração laboral.

Por fim, a escolaridade dos resgatados mostra que os avanços educacionais não tem sido suficientes para evitar que os trabalhadores sejam submetidos ao trabalho escravo. O percentual de analfabetos caiu significativamente de 41% para 21%, enquanto aqueles com Ensino Fundamental passaram de 55% para 69%.



SOBRE A REPÓRTER BRASIL

A Repórter Brasil, fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores, é reconhecida como uma das principais fontes de informação sobre trabalho escravo no país. O seu objetivo é estimular a reflexão e a ação sobre as violações aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores do campo no Brasil. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias têm sido usadas como instrumentos por lideranças do poder público, da sociedade civil e do setor empresarial em iniciativas de combate ao trabalho escravo contemporâneo, que afeta milhares de brasileiros.

SOBRE O PERFIL RESGATADO

O Perfil Resgatado é um projeto de tratamento e análise de dados inéditos sobre o trabalho escravo no Brasil. A iniciativa mapeia as rotas migratórias de trabalhadores submetidos ao problema, conectando as origens e os destinos de exploração dos resgatados. Também analisa dados sobre gênero, raça, idade e escolaridade das vítimas, bem como das atividades econômicas em que foram escravizadas. O levantamento visa a subsidiar políticas públicas para a erradicação do trabalho escravo, prevenindo novas violações e garantindo a integração social e econômica dos resgatados. O projeto é uma realização da Repórter Brasil em parceria com a Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.



Saiba mais sobre trabalho escravo no Brasil



Site da Repórter Brasil
reporterbrasil.org.br



X
[@reporterb](https://twitter.com/reporterb)



Instagram
[@reporterbrasil](https://www.instagram.com/reporterbrasil)



Youtube
[@reporterbrasil](https://www.youtube.com/reporterbrasil)

Esta nota técnica faz parte do projeto *Perfil Resgatado – Rotas migratórias e a morfologia do trabalho escravo no Brasil*. O foco é o estado do Maranhão, principal emissor de trabalhadores submetidos a essa prática em todo o Brasil. Com dados inéditos, o estudo mapeia fluxos migratórios e traça o perfil das vítimas, revelando padrões de exploração laboral na série histórica e nos últimos dez anos. A iniciativa da **Repórter Brasil**, em parceria com a Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, busca subsidiar políticas públicas para a erradicação do problema.

Realização



Parceria



Apoio para impressão

